



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria Jurídica especializada para Elaboração da Revisão Geral da Lei Orgânica do Município, a Elaboração do Novo Regimento Interno e de um Novo Código de Ética da Câmara Municipal de São Salvador – TO, conforme as especificações e condições estabelecidas neste documento e na Lei nº 14.133/2021.

2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação será realizada com base nos artigos 6º, XVIII, alíneas "b", "c" e "e", e 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que dispõem sobre a inexigibilidade de licitação para serviços de natureza singular, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização, conforme comprovado em documentos constantes no processo administrativo.

3 - JUSTIFICATIVA

A Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno encontram-se desatualizados, fazendo-se necessário sua atualização conforme o ordenamento jurídico brasileiro, bem como a elaboração de um novo Código de ética para acompanhar a respectiva atualização legislativa.

Procuraram os Vereadores, ao longo dos anos em que foi elaborada, traduzir os anseios, expectativas e conquistas da sociedade, introduzindo no seu texto as normas que mais se adequassem às peculiaridades, potencialidades e características da cidade. Entretanto, reconhecemos ser quase impossível num trabalho desta natureza chegar-se à perfeição.

Por esta razão, impõe-se que as possíveis imperfeições nele contidas e agora identificadas sejam corrigidas, sem que isto signifique qualquer demérito de seus elaboradores.

Ao contrário, é salutar o aperfeiçoamento e a busca de normas que reflitam o desejo e a intenção do legislador.

Tendo em vista a inexistência de profissional capacitado para a elaboração da Revisão da Lei Orgânica do Município, bem como para elaborar um novo Regimento Interno e um novo Código de ética da Câmara Municipal de São Salvador – TO, é premente a necessidade da contratação de Advocacia especializada para o atendimento da necessidade.

A presente contratação foi devidamente autorizada pelo Plenário desta Casa Legislativa, conforme o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº. 002, de 27/02/2025.

4 - OBJETIVOS

O Termo de Referência objetiva:

- **Definir com clareza e transparência** os requisitos e condições para a contratação de serviços jurídicos especializados.
- **Assegurar a seleção de um profissional ou empresa** qualificada para atender às demandas específicas da administração.

5 - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços contratados incluem:

1) Registro regular da empresa junto ao Conselho de Classe Profissional competente.

2) Comprovação de experiência prévia em serviços similares, preferencialmente junto a órgãos públicos legislativos.

3) Apresentação de no mínimo 3 atestados de capacidade técnica emitidos por entes públicos ou privados compatíveis com o objeto.

4) A equipe deverá ser composta por profissionais com graduação em Direito e registro na OAB, além de experiência comprovada em advocacia, assessoria, e consultoria jurídica voltada à administração pública.

5) A empresa deverá garantir atendimento contínuo, com disponibilidade para participação em reuniões presenciais e/ou virtuais, audiências públicas e atividades correlatas, conforme convocação da Presidência ou de seus representantes.

6) Apresentação de relatórios técnicos ou pareceres específicos quando solicitados.

7) Compromisso formal com a confidencialidade e sigilo das informações tratadas no âmbito da Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

6 - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Valor: Será verificado se preço praticado se encontra de acordo com o mercado, com apresentação de notas fiscais e contrato do mesmo trabalho em outros municípios, atendendo assim o que predetermina no presente caso e o inciso III do art. 74 c/c os incisos VI e VII do art. 72 da Lei nº. 14.133/2021, e do art. 3º-A da Lei nº. 8.906/94, incluído pela Lei nº. 14.039/2020.

Pagamento: O pagamento será efetivado logo após a entrega dos serviços.

7 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será custeada com recursos devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) do município de São Salvador, especificamente do orçamento da Câmara Municipal de São Salvador – TO, em conformidade com o planejamento orçamentário vigente.

A despesa será vinculada à seguinte dotação orçamentária: 01.01.01.031.0001.2.002 – manutenção, Natureza da despesa: 3.3.90.39, Fonte de Recursos: 1.500.0000.00000 – Recursos Próprios.

Antes da formalização do contrato, será verificada a compatibilidade com as previsões do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), garantindo a adequação financeira e o cumprimento dos limites orçamentários do município, em observância ao artigo 7º, §1º da Lei nº 14.133/2021.

8 - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Esta contratação alinha-se diretamente aos objetivos estratégicos da Câmara Municipal de São Salvador - TO, garantindo a Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria Jurídica especializada para Elaboração da Revisão Geral da Lei Orgânica do Município, a Elaboração do

Novo Regimento Interno e de um Novo Código de Ética da Câmara Municipal de São Salvador – TO.

Este alinhamento reforça o compromisso desta Administração em atender aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando que a contratação atenda às necessidades específicas da Câmara enquanto contribui para os objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) vigente.

9 - PRAZO DE EXECUÇÃO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O contrato terá sua vigência formal de 12 (doze) meses, entrando em vigor a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado dentro dos limites previstos no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

10 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A seleção do contratado será fundamentada na inexigibilidade de licitação, conforme disposto nos artigos 6º, XVIII, alíneas "b", "c" e "e", e 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que preveem a contratação direta de serviços de natureza singular, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.

Os critérios a serem observados para a formalização da contratação incluem:

1. **Notória especialização:** O contratado deve ser profissional ou empresa cujo conhecimento técnico seja amplamente reconhecido e que possua histórico comprovado de excelência na prestação de serviços jurídicos especializados em demandas semelhantes.
2. **Singularidade dos serviços:** A prestação dos serviços deve atender a necessidades específicas da administração municipal, demonstrando a inviabilidade de competição em razão da natureza dos serviços e das peculiaridades das demandas jurídicas.
3. **Comprovação documental:** O contratado deve apresentar documentação que ateste sua qualificação técnica e experiência relevante, como:
 - o Certidões de regularidade junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

- o Portfólio de atuação em causas judiciais e administrativas de relevância, ou de contratações anteriores.
- o Declarações de clientes ou órgãos públicos atestando a qualidade dos serviços prestados.
- o Comprovação de especializações voltadas para atendimento do objeto contratado.

Os requisitos acima serão analisados à luz do processo administrativo instruído, que deverá demonstrar a adequação da escolha do contratado às normas legais e à singularidade dos serviços necessários.

11 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. Executar os serviços contratados com ética, zelo e qualidade.
2. Garantir confidencialidade e sigilo sobre as informações obtidas.
3. Apresentar relatórios de atividades quando solicitado.
4. Manter disponibilidade para atendimentos presenciais e remotos.
5. Arcar com custos operacionais, exceto despesas extraordinárias previamente autorizadas.

12 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Garantir o pagamento nos prazos estipulados.
2. Designar um servidor responsável para fiscalizar e acompanhar a execução.
3. Fornecer documentos e informações necessárias à execução.
4. Comunicar irregularidades e exigir providências do contratado.
5. Arcar com os ônus com custas, eventuais honorários de sucumbência devidos ao advogado da parte ex adversa, despesas judiciais e extrajudiciais, deslocamentos, hospedagem, alimentação e outros, inclusive com a contratação de profissional correspondente para serviços em outra comarca, bem como de perícias, serão de responsabilidade do Contratante, conforme o art. 12 da Resolução nº 005/2024 da OAB/TO.

13 - SANÇÕES E PENALIDADES

O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo:

1. Advertência.
2. Multa de até 5% sobre o valor da parcela inadimplida.
3. Suspensão temporária de participação em licitações.
4. Declaração de inidoneidade.

14 - RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão poderá ocorrer nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Em caso de rescisão unilateral sem justa causa, o contratante indenizará o contratado conforme o artigo 603 do Código Civil.

15 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, que determina que todo contrato administrativo deve ser acompanhado e fiscalizado por um representante da administração pública, especialmente designado para essa função.

1. **Designação de Fiscal do Contrato:**

O gestor do contrato será formalmente designado por meio de ato administrativo, sendo responsável por:

- o Acompanhar a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações estabelecidas.
- o Analisar a conformidade técnica e legal dos serviços prestados.
- o Registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual em relatório periódico.
- o Informar à administração sobre eventuais inadimplementos e sugerir a aplicação de sanções, quando necessário.

2. **Atribuições do Gestor/Fiscal:**

- o **Controle técnico:** Garantir que os serviços contratados atendam às especificações do Termo de Referência e do contrato.

- o **Controle financeiro:** Conferir e aprovar os pagamentos, verificando a conformidade dos serviços entregues com os valores contratados.
- o **Controle administrativo:** Supervisionar o cumprimento dos prazos contratuais e assegurar que os registros necessários sejam mantidos.

3. **Relatórios e Registros:**

O fiscal deverá elaborar relatórios periódicos que atestem a regularidade dos serviços executados, bem como registrar todas as ocorrências relevantes em documentos que subsidiem futuras decisões administrativas, tais como renovações, prorrogações ou aplicação de penalidades.

4. **Responsabilidades do Contratado no Processo de Fiscalização:**

- o O contratado deverá atender prontamente às solicitações do fiscal e fornecer as informações e documentos necessários para o acompanhamento da execução.
- o Eventuais irregularidades apontadas pelo fiscal deverão ser corrigidas em prazo razoável, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

Este item visa assegurar o pleno cumprimento do contrato, resguardando os interesses da administração municipal e promovendo a eficiência na gestão pública.

16 - IMPACTOS FINANCEIROS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

A contratação dos serviços jurídicos especializados será realizada de forma planejada e alinhada às previsões orçamentárias, observando os princípios da economicidade e eficiência estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Essa solução apresenta impacto financeiro positivo ao optar pela contratação direta de um escritório especializado.

Sob o aspecto ambiental, embora o serviço jurídico contratado não tenha impacto ambiental direto, a parceria com o escritório permite adotar práticas administrativas alinhadas à sustentabilidade. A administração pública e o contratado serão incentivados a utilizar preferencialmente meios digitais para comunicações, armazenamento de documentos e realização de

reuniões, reduzindo o consumo de papel e deslocamentos. Assim, a contratação promove valores de responsabilidade ambiental e eficiência energética.

Essa abordagem integrada garante que a contratação atenda não apenas às necessidades técnicas do ente, mas também aos princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental, assegurando um impacto positivo nas dimensões financeira, administrativa e ambiental da gestão pública.

17 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Referência é parte integrante do processo de contratação e serve como base para a elaboração do contrato a ser firmado entre as partes, observando a legislação vigente e os princípios de economicidade e eficiência.

São Salvador – TO, 1º de abril de 2025.

Responsável pela Elaboração:

Elene Rodrigues Pereira Souza
Secretária Geral
Câmara Municipal de São Salvador

Elene Rodrigues Pereira Souza
Secretária Geral